

## Eliminação e selecção

PIERRE BOURDIEU  
JEAN-CLAUDE PASSERON \*

O exame não é outra coisa senão o baptismo burocrático do saber, o reconhecimento oficial da transubstanciação do saber profano em saber sagrado.

KARL MARX  
*Kritik des Hegelschen Staatsrechts*

*Para explicar o peso que o sistema de ensino concede em França ao exame, é preciso, num primeiro tempo, romper com as explicações da sociologia espontânea que imputa os traços mais salientes do sistema ao legado inexplicado duma tradição nacional ou à acção inexplicável do conservantismo congénito dos universitários. Mas não se acabou quando, pelo recurso ao método comparativo e à história, se deu conta das características e das funções internas do exame num sistema particular de ensino; é somente na condição de nos arrancarmos, por uma segunda rotura, à ilusão da neutralidade e da independência do sistema escolar em relação com a estrutura das relações de classe, que se pode vir a fazer a interrogação sobre o exame para descobrir o que oculta o exame e o que a interrogação sobre o exame contribui ainda para ocultar, ao desviar da interrogação sobre a eliminação sem exame.*

### O EXAME NA ESTRUTURA E A HISTÓRIA DO SISTEMA DE ENSINO

*É demasiado evidente que o exame domina, pelo menos hoje em dia e em França, a vida universitária, isto é, não somente as representações e as práticas dos*

\* In *A Reprodução — Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*, Col. Vega Universidade, Editorial Vega, Lisboa, 1978, pp. 185-205.

*agentes mas também a organização e o funcionamento da instituição. Já se descreveu bastante a ansiedade perante os veredictos totais, brutais e parcialmente imprevisíveis das provas tradicionais, ou a disritmia inerente a um sistema de organização de trabalho escolar que, nas suas formas mais anómicas, tende a não conhecer outra incitação que não seja a iminência dum prazo absoluto. Com efeito, o exame não é somente a expressão mais legível dos valores escolares e das opções implícitas do sistema de ensino: na medida em que ele impõe como digna da sanção universitária uma definição social do saber e da maneira de o manifestar, oferece um dos seus instrumentos mais eficazes à empresa da inculcação da cultura dominante e do valor dessa cultura. Tanto e senão mais que pela exigência dos programas, a aquisição da cultura legítima e da relação legítima com a cultura, é regulada pelo direito consuetudinário que se constitui na jurisprudência dos exames e que deve o essencial das suas características à situação na qual ela se formula<sup>1</sup>.*

*Assim, por exemplo, a dissertação à francesa define e difunde regras de escrita e de composição cuja força se estende aos domínios mais diversos, pois que se*

<sup>1</sup> Também os relatórios dos júris dos concursos de agregação ou de grandes escolas constituem documentos exemplares para quem quer perceber os critérios segundo os quais o corpo professoral forma e selecciona aqueles que considera dignos de perpetuá-lo: esses sermões para grande seminário, fazem lembrar as decisões de veredictos que atraíam, na sua clareza obscura, os valores que orientam a escolha dos júris e pelos quais se deve regular a aprendizagem dos candidatos.

encontraria a marca desses procedimentos de fabricação escolar em produtos tão diferentes como um relatório administrativo, uma tese de doutoramento ou um ensaio literário. Para aprender completamente as características deste modo de comunicação escrita, que supõe o revisor como único leitor, bastaria compará-lo com a *disputatio*, debate entre pares, conduzido na presença dos mestres e de todo o público, através do qual a Universidade medieval inculcava um método de pensamento capaz de se aplicar a toda a forma de produção intelectual e mesmo artística; ou com o *pa-ku-wen*, «dissertação a oito pernas que constituía a prova mestra dos concursos da época Míng e do princípio da época Ch'ing e que foi a escola do requinte formal para o poeta como para o pintor letrado; ou ainda com o *essay* das universidades inglesas cujas regras não estão tão afastadas das do género literário do mesmo nome e em que o assunto deve ser abordado com ligeireza e humor, diferentemente da dissertação à francesa que deve abrir com uma introdução que exponha a problemática com «vivacidade e brilho», mas num estilo isento de toda a familiaridade e de notações pessoais. Ver-se-ia que os diferentes tipos de provas escolares, que são sempre, ao mesmo tempo, modelos regulados e institucionalizados de comunicação, fornecem o protótipo da mensagem pedagógica e, mais geralmente, de toda a mensagem de uma certa ambição intelectual (conferência, exposição, discurso político ou conferência de imprensa)<sup>2</sup>. Assim, os esquemas de expressão e de pensamento que se imputam, com demasiada pressa, ao «carácter nacional» ou a «escolas de pensamento», poderiam remeter-se, em definitivo, aos modelos que organizam uma aprendizagem orientada para um tipo particular de prova escolar<sup>3</sup>: por exemplo, as formas de espírito que se associam às grandes escolas francesas, podem

<sup>2</sup> Poder-se-ia descobrir os efeitos da programação escolar nos domínios mais inesperados: quando o Instituto Francês de Opinião Pública (I.F.O.P.) pede aos franceses que se pronunciem sobre a questão de saber se «os progressos da ciência moderna no domínio da energia atómica trarão à Humanidade mais bem que mal ou mais mal que bem», a sondagem da opinião não é outra coisa senão uma espécie de exame nacional que retoma uma questão mil vezes posta sob mil maneiras pouco diferentes, para os candidatos do diploma simples, do bacharelato ou do concurso geral, a do valor moral do progresso científico? E as opções propostas na codificação prévia das respostas (mais bem do que mal; mais mal do que bem; tão bem como mal) não evocam a dialéctica em desconto das dissertações em três pontos que corream uma exposição de teses laboriosamente impedidas para o preto, depois para o branco, de uma moção de síntese preto-branco?

ser postas em relação com a forma dos concursos de entrada e, mais precisamente, com os modelos de composição, de estilo e mesmo de articulação, de débito ou de dicção, que definem, em cada caso, a forma realizada de apresentação ou de elocução. Generalizando, é evidente que um procedimento de selecção tal como o concurso reforça, como o mostrava Renan, o privilégio que toda a tradição da Universidade Francesa concede às qualidades de forma: «É muito lamentável que o concurso seja a única via para chegar ao professorado dos colégios e que a aptidão prática, junta a conhecimentos suficientes, não possa dar entrada nele. Os homens mais experientes na educação, aqueles que trazem à sua difícil função, não faculdades brilhantes, mas um espírito sólido com um pouco de lentidão e de timidez, serão sempre colocados, nas provas públicas, depois dos jovens que sabem divertir o seu auditório e os seus examinadores, e que, dotados duma palavra fácil para se tirarem de dificuldades, não possuem nem bastante paciência nem bastante firmeza para ensinar bem<sup>4</sup>. Se é verdade, em todo o caso, que o exame exprime, inculca, sanciona e consagra os valores solidários duma certa organização do sistema escolar, duma certa estrutura do campo intelectual e, através dessas intervenções, da cultura dominante, compreende-se que questões tão insignificantes à primeira vista, como o número de sessões do bacharelato, o alcance dos programas ou os processos de correcção, possam suscitar polémicas apaixonadas, sem falar da resistência indignada que encontra toda a posição em questão de instituições que cristalizam tantos valores como o concurso de agregação, a dissertação, o ensino do latim ou as grandes escolas.

Tratando-se de descrever os efeitos mais nítidos da preponderância do exame nas práticas intelectuais e na organização da instituição, o sistema francês propõe os exemplos mais perfeitos e, a título de caso limite, põe com uma força particular a questão dos factores (internos e externos) que podem dar razão às variações históricas ou nacionais do peso funcional do exame no sistema de ensino. Por consequência, não há outro recurso senão o método comparativo quando se pretende separar o que respeita às soli-

<sup>3</sup> Encontrar-se-á uma análise mais aprofundada da função de integração intelectual e lógica que ocupa todo o sistema de ensino inculcando formas comuns de expressão que são ao mesmo tempo os princípios comuns de organização do pensamento, em P. Bordieu, «Système d'enseignement et système de pensée», *Revue internationale des sciences sociales*, 19(3), 1967.

<sup>4</sup> Renan, «L'instruction publique en France jugée par les Allemands», *Questions Contemporaines*, op. cit., p. 266.

citações externas e o que respeita à maneira de lhes responder ou o que, no caso dum sistema determinado, volta às tendências genéricas que todo o sistema de ensino deve à sua função própria de inculcação, às tradições singulares duma história universitária e às suas funções sociais, nunca completamente redutíveis à função técnica de comunicação e de produção das qualificações.

Se é verdade, como observa Durkheim, que a aparição do exame, ignorado na Antiguidade, que não conhecia senão escolas e docentes independentes ou mesmo concorrentes, supõe a existência duma instituição universitária, isto é, dum corpo organizado de docentes profissionais, providenciando o mesmo à sua própria perpetuação<sup>5</sup>; se é verdade também, segundo a análise de Max Weber, que um sistema de exames hierarquizados consagrando uma qualificação específica e dando acesso a carreiras especializadas não apareceu, na Europa moderna, senão em ligação com o desenvolvimento da solicitação das organizações burocráticas que pretendem fazer corresponder indivíduos hierarquizados e permutáveis à hierarquia dos postos oferecidos<sup>6</sup>; se é verdade, enfim, que um sistema de exames que assegura a todos a igualdade formal perante provas idênticas (de que o concurso nacional representa a forma pura) e que garante aos indivíduos dotados de títulos idênticos a igualdade de oportunidades de acesso à profissão, satisfaz o ideal pequeno-burguês da equidade formal, parece justificado nos apercebermos somente duma manifestação particular duma tendência geral das sociedades modernas na multiplicação dos exames, na extensão da sua força social e no crescimento do seu peso funcional no seio do sistema de ensino. Mas esta análise não dá conta senão dos aspectos mais gerais da história escolar (explicando, por exemplo, que a ascensão social independente do nível de instrução tende a diminuir à medida que a sociedade se industrializa e se burocratiza<sup>7</sup>) e deixa escapar o que o funcionamento e a função dos exames devem, na sua forma específica, à lógica própria do sistema de ensino: por

<sup>5</sup> E. Durkheim, *L'Évolution Pédagogique en France; I, des Origines à la Renaissance*, Paris, Alcan, 1938, p. 161.

<sup>6</sup> Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, nova ed. Köln-Berlin, Kiepenheuer und Witsch, 1965, II, pp. 735 e seg.

<sup>7</sup> Nos Estados Unidos, por exemplo, a estatística atesta o aumento contínuo da proporção dos membros das categorias dirigentes saídos da universidade, e de universidades das melhores, tendência que não cessa de se acentuar há vários anos: W. L. Warner e J. C. Abegglen mostraram que 57% dos dirigentes da indústria eram diplomados por Colégios, em 1952,

causa da inércia particular que a caracteriza, sobretudo quando é investida da função tradicional de conservar e de transmitir uma cultura herdada do passado e porque dispõe de meios específicos de autopropetuação, a Escola está em condições de fazer experimentar às solicitações externas uma retradução sistemática porque está conforme aos princípios que a definem enquanto sistema. É aí que o requisito prévio enunciado por Durkheim tem todo o seu sentido: Weber, que na sua sociologia religiosa dava um lugar às tendências próprias do corpo sacerdotal, omite tomar em conta (sem dúvida porque interroga o sistema de ensino dum ponto de vista exterior, isto é, do ponto de vista das exigências duma organização burocrática), o que um sistema de ensino deve às características trans-históricas e históricas dum corpo de profissionais de ensino. Tudo conduz, com efeito, a supor que o peso da tradição pesa com uma força particular numa instituição que, pelo facto da forma particular da sua autonomia relativa, é mais directamente tributária, como o notava Durkheim, do seu próprio passado.

Para nos convenceremos de que o sistema francês que, entre todos os sistemas de ensino europeus, confere ao exame o maior peso, se define menos do que parece pela relação com as solicitações técnicas da economia, basta observar que se encontraria num sistema que, como o da China clássica, visasse antes de tudo formar os funcionários duma burocracia prebendária, a maior parte dos traços do sistema de selecção

contra 37% em 1928 (W. L. Warner, J. C. Abegglen, *Big Business Leaders in America*, New York, Harper and Brothers, pp. 62-67). Em França, um inquérito feito sobre um modelo representativo de personalidades que atingiram notoriedade nas actividades mais diversas, mostra que 85% delas fizeram estudos superiores e 10% das restantes terminaram os seus estudos secundários (A. Girard, *La Réussite Sociale en France, Ses Caractéristiques, Ses Lois, Ses Effets*, Paris, Institut National d'Études Démographiques, Presses Universitaires de France, 1961, pp. 233-259). Um inquérito recente sobre os dirigentes das grandes organizações industriais estabelece que 89% dos P.D.G. franceses passaram pelo ensino superior, contra 85% para os Belgas 78% para os Alemães e os Italianos, 55% para os Holandeses e 40% para os Ingleses («Portait-robot du P.D.G. européen», *L'Expansion*, Novembro 1969, pp. 133-143). Seria preciso investigar se, na maior parte das carreiras francesas e em particular nas carreiras administrativas, o crescimento e a codificação das vantagens ligadas aos títulos e aos diplomas não conduziu a uma diminuição da promoção interna, isto é, a uma rarefacção dos quadros superiores saídos da categoria e «formados no trabalho»; a oposição entre a «porta pequena» e a «porta grande» que cobre quase, numa organização administrativa, a oposição entre a pequena burguesia e a burguesia, poderia encontrar-se aí reforçada.

francês<sup>8</sup>. Se a tradição confuciana conseguia impor tão completamente o seu ideal erudito, é porque nunca nenhum sistema escolar se identificou com a sua função de selecção tão totalmente como o sistema mandarínico que concedia mais cuidado à organização e à codificação dos concursos do que à instalação das escolas e à formação dos mestres; é talvez também porque a hierarquia dos sucessos escolares nunca determinou tão rigorosamente as outras hierarquias sociais como numa sociedade onde o funcionário «ficava ao longo de toda a sua vida sob o controlo da Escola»<sup>9</sup>: aos três graus principais do currículo (em que, como o nota Weber, os tradutores franceses viram imediatamente o equivalente do bacharelato, da licenciatura e do doutoramento), «juntava-se um número considerável de exames intermédios, repetitivos ou preliminares (...). Por si só, o primeiro grau comportava dois tipos de exames. A um estranho de quem se ignorava a categoria, perguntava-se, primeiro que tudo, em quantos exames tinha passado. Assim, apesar da importância do culto dos antepassados, o número dos antepassados não decidia a categoria social. Pelo contrário, era a categoria ocupada na hierarquia burocrática que conferia o direito de ter um templo dos antepassados em vez de uma simples placa, como os iletrados: o número de antepassados que era autorizado invocar dependia da categoria do funcionário. A própria categoria que um deus epónimo ocupava no panteão dependia da categoria do mandarim responsável pela cidade»<sup>10</sup>. Assim, sistemas tão diferentes como os da França moderna e os da China clássica devem as suas orientações comuns ao facto de que têm de comum o fazer de uma solicitação de selecção social (tratar-se-ia da solicitação de uma burocracia tradicional num caso e de uma economia capitalista no outro) a ocasião de exprimir completamente a tendência propriamente professoral para maximizar o valor social

<sup>8</sup> É o ideal tradicional do «letrado» que a educação confuciana tende a impor, se bem que, como o nota Weber, «possa parecer-nos estranho que uma cultura de «Salão» (*Salon-Bildung*) tão distinta, assentando no conhecimento dos clássicos da literatura, tenha podido dar acesso a postos de administradores responsáveis por várias províncias. Porque, com efeito, não se governava com poesia, mesmo na China (...). Jogos de palavras, eufemismos, alusões a referências clássicas e um espírito de finura puramente literário representavam o ideal da conversação das pessoas distintas, conversação de que era banida toda a alusão às realidades políticas. O funcionário chinês testemunhava a sua qualidade estatutária, isto é, o seu carisma, pela correcção canónica do seu estilo literário: assim, dava-se a maior importância às qualidades de expressão, até nas notas administrativas» (M. Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, I, Tübingen, J. C. B. Mohr, 1922, pp. 420-421).

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 417.

<sup>10</sup> *Ibid.*, pp. 404-405.

das qualidades humanas e das qualificações profissionais que eles produzem, controlam e consagram»<sup>11</sup>.

Mas, para explicar completamente que o sistema francês tenha, se isso se pode dizer, tirado partido, melhor do que qualquer outro, das oportunidades que lhe proporcionava a solicitação de selecção social e técnica característica das sociedades modernas, para ir até ao fim da sua própria lógica, é preciso, ainda, tomar em conta o passado singular da instituição escolar cuja autonomia relativa se exprime objectivamente na aptidão para reproduzir e para reinterpretar, em cada momento da História, as solicitações externas em função de normas herdadas de uma História relativamente autónoma. Se, diferentemente do sistema mandarínico, o sistema francês não está em condições de fazer reconhecer a hierarquia dos valores escolares como princípio oficial de toda a hierarquia social e de toda a hierarquia dos valores, é bem sucedido ao fazer concorrência aos outros princípios de hierarquização, e isso tanto melhor quanto a sua acção de inculcação do valor das hierarquias escolares se exerce em categorias socialmente dispostas a reconhecer a autoridade pedagógica da instituição. Se bem que a adesão que os indivíduos concedem às hierarquias escolares e ao culto escolar da hierarquia, nunca esteja desligada da categoria que a Escola lhes atribui nas suas hierarquias, ela depende, sobretudo, por um lado, do sistema de valores que eles devem à sua classe social de origem (sendo o valor reconhecido à Escola, neste sistema, função do grau no qual os interesses desta classe estão ligados à Escola) e, por outro lado, do grau em que o seu valor de mercado e a sua posição social dependem da garantia escolar. Compreende-se que o sistema escolar não seja nunca tão bem sucedido em impor o reconhecimento do seu valor e do valor das suas classificações como no caso em que a sua acção se exerce sobre classes sociais ou fracções de classe que não podem opor-lhe nenhum princípio concorrente de hierarquização: está aí um dos mecanismos que permitem à instituição escolar atrair para a carreira de ensino os estudantes provenientes das classes médias ou da fracção intelectual da grande burguesia, ao desviá-los de aspirarem a elevar-se nas outras hierar-

<sup>11</sup> Porque o Estado lhe proporcionava os meios de fazer prevalecer abertamente as suas hierarquias específicas, o sistema mandarínico constitui um caso privilegiado: a Escola manifesta aqui, num direito codificado, e numa ideologia proclamada, uma tendência para a autonomização dos valores escolares que não se exprime, aliás, senão num direito consuetudinário e através de reinterpretações e de racionalizações múltiplas. Não é, até na função de legitimação escolar dos privilégios hereditários de cultura, que pretendia fazer depender o direito aos ofícios somente do mérito pessoal, atestado pelo exame, reservava explicitamente aos filhos dos funcionários de alta categoria, um direito privilegiado de candidatura.

quias, por exemplo a do dinheiro ou do poder e, ao mesmo tempo, tirar dos seus títulos escolares o proveito económico e social que deles obtêm os estudantes originários da grande burguesia dos negócios ou do poder, em melhor posição para relativizar os julgamentos escolares<sup>12</sup>.

Assim, o protesto contra a condição material e social feito aos docentes ou a denúncia amarga e complacente dos compromissos e das corrupções dos políticos ou dos oportunistas exprime, sem dúvida, sob o modo de indignação moral, a revolta dos quadros subalternos ou médios do ensino contra uma sociedade incapaz de honrar completamente as suas dívidas para a Escola, isto é, para aqueles que devem tudo à Escola, inclusive a convicção de que a Escola deveria ser o princípio de toda a hierarquia económica e social. Entre os quadros superiores da Universidade, a utopia jacobina de uma ordem social onde cada um fosse retribuído segundo o seu mérito, isto é, segundo a sua categoria de Escola, coabita sempre com a pretensão aristocrática de não reconhecer outros valores que não sejam os da instituição, que é a única a reconhecer plenamente o seu valor, e com a

<sup>12</sup> É nesta lógica que seria necessário ler as estatísticas de entrada nas escolas como a Escola Normal Superior ou a Escola Nacional de Administração, segundo a categoria social de origem e os êxitos escolares anteriores dos candidatos. Do inquérito de análise actualmente em curso sobre os alunos da totalidade das grandes escolas francesas, ressalta, entre outras coisas, que se a Escola Normal Superior e a Escola Nacional de Administração têm, uma e outra, e quase no mesmo grau, um recrutamento muito menos democrático do que o das Faculdades, pois que nelas se encontram, respectivamente, apenas 5,8 % e 2,9 % de estudantes provenientes das classes populares (contra, por exemplo, 22,7 % na Faculdade de Letras e 17,1 % na Faculdade de Direito), a categoria largamente maioritária dos estudantes oriundos das classes favorecidas (66,8 % na E.N.S. e 72,8 % na E.N.A.) revela diferenças características numa análise mais apurada: os filhos de professores representam 18,4 % dos alunos da E.N.S., contra 9 % da E.N.A.; os filhos de altos funcionários representam 10,9 % dos alunos da E.N.A. contra 4,5 % dos alunos da E.N.S. ... Por outro lado, o passado escolar dos alunos das duas escolas testemunha que a Universidade consegue tanto melhor orientar os alunos para os estudos em que se reconhece mais completamente (por exemplo, a E.N.S.) quanto o seu êxito anterior (medido pelo número de menções obtidas no bacharelato) foi mais nítido (cf. para uma análise mais aprofundada, P. Bourdieu et al., *Le Système des Grandes Écoles et la Reproduction des Classes Dominantes*, a sair).

<sup>13</sup> Se bem que não sugira senão algumas das relações que unem as características da prática e da ideologia dos docentes à sua origem, à sua atribuição de classe e à sua posição na instituição escolar e no campo intelectual, esta análise, como a que se encontrará adiante (cap. IV), deveria ser suficiente para precaver contra a tentação de tomar para análises de essências as descrições anteriores da prática profissional dos professores franceses (cap. II).

ambição pedagocrática de submeter ao magistério moral da Universidade, forma substitutiva do governo dos letrados, todos os actos da vida civil e política<sup>13</sup>.

Vê-se como o sistema francês pôde encontrar na solicitação externa de «produtos» de série garantidos e permutáveis, a ocasião de perpetuar, fazendo-lhe servir uma outra função social em referência aos interesses e aos ideais doutras classes sociais, a tradição da competição pela competição herdada dos colégios jesuítas do século XVIII que faziam da emulação o instrumento privilegiado dum ensino destinado à juventude aristocrática<sup>14</sup>. A universidade francesa tende sempre a ultrapassar a função técnica do concurso para estabelecer gravemente, no interior da cota de postulantes que lhe pedem para eleger, hierarquias baseadas no imponderável das classificações irrisórias — e, no entanto, decisivas: pense-se no peso que o mundo universitário atribuiu, nas suas avaliações, frequentemente muito pesadas nas consequências profissionais, ao lugar obtido em concursos de entrada, feitos no fim da adolescência ou mesmo na qualidade de «cacique» ou de «maior», primeiro de uma hierarquia, situada ela própria numa hierarquia de hierarquias, a das grandes escolas e dos grandes concursos. Max Weber observava que a definição técnica dos postos burocráticos da administração imperial não permitiria compreender, abstracção feita da tradição confuciana do fidalgo letrado, que os concursos mandarinicos tenham podido dar um tal lugar à poesia; do mesmo modo, para compreender como uma simples solicitação de selecção profissional, imposta pela necessidade de escolher os mais aptos para ocuparem um número limitado de postos especializados, pôde dar pretexto à religião tipicamente francesa da classificação, é necessário referir a cultura escolar ao universo social em que ela se formou, isto é, a esse microcosmo protegido e fechado sobre si em que, por uma organização metódica e envolvente da competição e pela instauração de hierarquias escolares que tinham valor tanto no jogo como no trabalho, os Jesuítas talhavam um homo hierarchicus, transpondo para a ordem do sucesso mundano, da proeza literária e da gloriola escolar, o culto aristocrático da «glória».

Mas a explicação pela sobrevivência não explica nada, se não se explica por que razão a sobrevivência sobrevive, estabelecendo as funções que ela desempenha no funcionamento actual do sistema de ensino e fazendo ver as condições históricas que autorizam ou favorecem a manifestação das tendências genéricas que o sistema deve à sua função própria: tratando-se de explicar a aptidão muito particular do sistema

<sup>14</sup> Cf. E. Durkheim, *op. cit.*, II, pp. 69-117 e, a seguir, G. Snyders, *La Pédagogie en France aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> Siècles*, Paris, P.U.F., 1965.

francês para decretar hierarquias e impô-las, mesmo para lá das esferas de actividade propriamente escolares e, por vezes contra as solicitações mais patentes às quais se supõe que ele responde, não se pode deixar de observar que ele confere ainda hoje, na sua pedagogia e nos seus exames, uma função primordial à autopropriedade e à autoprotecção da corporação que serviam, de maneira mais declarada, os exames da Universidade Medieval, todos definidos pela referência à entrada na secção ou no curso que a ela dá acesso, bacharelato (forma inferior da inceptio) licentia docendi e mestrado, marcada pela inceptio, cerimónia introdutória na corporação, na qualidade de mestre<sup>15</sup>. Basta observar que a maior parte dos sistemas universitários têm rompido mais completamente com a tradição medieval do que o sistema francês ou outro sistema tal como o da Austria, da Espanha ou da Itália que conheceram, como ele, a influência pedagógica dos Jesuítas para apreender o papel desempenhado pelos colégios no século XVIII: dotado pelos Jesuítas de meios particularmente eficazes para impor o culto escolar da hierarquia e para inculcar uma cultura autárquica e separada da vida, o sistema de ensino francês pôde cumprir a sua tendência genérica para a autonomização até subordinar todo o seu funcionamento às exigências da autopropriedade<sup>16</sup>. E esta tendência para a autonomização encontrou as condições sociais para a sua plena realização na medida em que encontrou os interesses da pequena burguesia e das fracções

<sup>15</sup> A resistência perante toda a tentativa para dissociar o título que sanciona a conclusão de um ciclo de estudos do direito de entrada no ciclo superior provém, como se vê na querela do bacharelato, de uma representação do *curriculum* concebido como trajectória unilinear que, na sua forma completa, acabaria na agregação; a recusa indignada de conceder «títulos ao desbarato» que tende, desde há pouco tempo, a pedir emprestada a linguagem tecnocrática, da adaptação da Universidade às carreiras, pode aliar-se sem custo à ideologia tradicionalista que pretende estender a todo o certificado de aptidão os critérios da garantia propriamente universitária, para salvaguardar os meios de criar e de controlar as condições da «raridade» universitária. A preeminência da via real é tão forte que as carreiras universitárias e numerosas carreiras que não vão até ao fim, não podem, nessa lógica, definir-se senão em termos de privação: um tal sistema está, pois, particularmente apto a produzir «falhados», condenados pela Universidade que os condenou a manter uma relação ambivalente com ela.

<sup>16</sup> É, sem dúvida, ao ensino dos Jesuítas que se prende a maior parte das diferenças sistemáticas entre o «temperamento» intelectual dos países católicos que foram marcados pela sua influência e o dos países protestantes. Como o faz notar E. Renan, «a Universidade de França tem imitado demasiadamente os Jesuítas, as suas alocuções insípidas e os seus versos latinos;

intelectuais da burguesia que encontravam na ideologia jacobina da igualdade formal das oportunidades o reforço da sua paciência exacerbada por todas as espécies de «favoritismo» ou de «nepotismo», e também na medida em que ela pôde apoiar-se na estrutura centralizada da burocracia estática que, apelando para a proliferação dos exames e concursos nacionais, submetidos à correcção exterior e anónima, oferecia à instituição escolar a melhor ocasião de fazer reconhecer o monopólio da produção e da imposição de uma hierarquia unitária ou, pelo menos, de hierarquias redutíveis ao mesmo princípio<sup>17</sup>.

No sistema francês, o concurso é a forma acabada do exame (que a prática universitária tende sempre a tratar como um concurso) e o concurso de recrutamento dos professores do secundário, a agregação, constitui, com esses concursos de recrutamento antecipado que são o Concurso Geral e concurso de entrada na Escola Normal Superior, a triade arquetípica em que a Universidade se reconhece inteiramente

lembra demasiadamente os reitores da decadência. O mal francês, que é a necessidade de perorar, a tendência para fazer degenerar tudo em declamação, uma parte da Universidade conserva-o pela sua obstinação em desprezar o fundo dos conhecimentos e a não estimar senão o estilo e o talento» (E. Renan, *op. cit.*, p. 79). Os que ligam directamente as características dominantes da produção intelectual de uma nação aos valores da religião dominante, por exemplo o interesse pelas ciências experimentais ou a erudição filológica na religião protestante ou o gosto pelas belas-letas na religião católica, deixam de analisar o efeito propriamente pedagógico da retradução operada por um tipo determinado de organização escolar. Quando Renan vê, no «ensino pseudo-humanista» dos Jesuítas e no «espírito literário» que ele encoraja, um dos traços fundamentais do modo de pensamento e de expressão dos intelectuais franceses, põe à luz as consequências que acarreta na vida intelectual da França o corte operado pela revogação do Édito de Nantes que quebrou o movimento científico começado primeira metade do século XVII e «matou os estudos da crítica histórica»: «Sendo apenas encorajado o espírito literário, resultou uma certa frivolidade. A Holanda e Alemanha, em parte graças aos nossos exilados, tiveram quase o monopólio dos estudos eruditos. Foi decidido, desde então, que a França seria, antes de tudo, uma nação de pessoas de espírito, uma nação que escreve bem, falando maravilhosamente, mas inferior pelo conhecimento das coisas e exposta a todas as levandades que não se evitam a não ser com o desenvolvimento da instrução e a maturidade do julgamento». (Renan, *op. cit.*, p. 79).

<sup>17</sup> No domínio do ensino também a acção centralizadora da Revolução e do Império prolonga e acaba uma tendência que estava já iniciada durante a Monarquia: por outro lado, o Concurso Geral que, criado desde o século XVIII, traz à escala nacional a competição que se desenrolava em cada colégio de Jesuítas e consagra o seu ideal humanista das Belas-

e da qual todos os concursos e todos os exames não são mais do que emanações mais ou menos longínquas ou cópias mais ou menos deformadas<sup>18</sup>. A pretensão do corpo universitário em impor o reconhecimento universal do valor dos títulos universitários e, em particular, a supremacia absoluta desse título supremo que é a agregação, não se vê nunca tão bem como na acção dos grupos de pressão de que a Sociedade dos agregados não é senão a expressão menos clandestina, e que têm conseguido assegurar a este título, estritamente escolar, um reconhecimento de facto sem medida comum com a sua definição de direito. A rentabilidade profissional dos títulos de agregado e de antigo aluno da Escola Normal Superior afirma-se em todos os casos, muito numerosos, em que eles são tomados para critérios oficiais de cooptação: entre os titulares de cátearas ou de mestrados de conferências das Faculdades de Letras, perto de 15 % (sem falar dos assistentes e dos professores assistentes, ou seja 48 % do corpo docente) não têm o doutoramento, grau exigido teoricamente, quando são praticamente todos agregados e 23 % deles normalis-

-Letras, a agregação, restabelecida pelo decreto de 1808, tinha sido criada em 1766, numa forma e com um significado muito próximo dos que hoje tem. Se tais factos e, mais geralmente, tudo o que ressalta da própria história do sistema de ensino, são quase sempre ignorados, é porque desmentiriam a representação comum que, reduzindo a centralização universitária a um aspecto da centralização burocrática, quer que o sistema francês deva as suas características mais significativas à centralização napoleónica: esquecendo tudo o que o sistema de ensino deve à sua função própria de inculcação, desconhecem-se os fundamentos e as funções propriamente pedagógicas da estandardização da mensagem e dos instrumentos da sua transmissão (homogeneização pedagógica que pode ser revelada mesmo nos sistemas mais descentralizados administrativamente como o sistema inglês, por exemplo); mais subtilmente, proíbe-se reconhecer a função e o efeito propriamente pedagógico da distância sabiamente cultivada em relação à burocracia universitária, os quais são parte integrante de toda a prática pedagógica e, muito particularmente, da pedagogia tradicional à francesa: assim, por exemplo, as liberdades anunciadas artificiais dos programas oficiais ou as recusas ostentatórias da administração e das suas disciplinas, e, generalizando, todos os processos que consistem em tirar efeitos carismáticos do desprezo da direcção, não são autorizados e favorecidos pela instituição, senão porque contribuem para a afirmação e a imposição da autoridade pedagógica necessária à realização da inculcação, ao mesmo tempo que permitem aos doentes ilustrar ao menor custo a relação cultivada com a cultura.

<sup>18</sup> «Lembro-me de ter dito ao futuro general de Charry, ao entregar-lhe um trabalho: eis um exercício digno da agregação» (R. Blanchard, *Je découvre l'Université*, Paris, Fayard, 1963, p. 135).

tas, se o homo academicus por excelência é o normalista-agregado-doutor, isto é, o professor da Sorbonne actual ou potencial, é porque ele acumula todos os títulos que definem a raridade que a Universidade produz, promove e protege. Não é por acaso se, na ocasião da agregação, como que levada pela sua tendência para reinterpretar a solicitação exterior, a instituição universitária pode chegar até a negar o próprio conteúdo dessa solicitação: não é raro que, para prevenir a ameaça eterna da «baixa de nível», o júri de agregação oponha o imperativo da «qualidade» à necessidade sentida como ingerência profana, de prover todos os postos oferecidos e instaurar, de qualquer maneira, pela comparação com os anos precedentes, um concurso de concursos, capaz de conceder o padrão ou, melhor, a essência do agregado — livre de recusar os meios, aliás reivindicados, de perpetuar a Universidade real em nome das exigências da auto-perpetuação da Universidade ideal<sup>19</sup>. Para compreender completamente o significado funcional da agregação, seria preciso substituir esta instituição no sistema das transformações que sofreram os exames ou, mais exactamente, o sistema que eles constituem: se é verdade que, num sistema escolar dominado pela fun-

<sup>19</sup> A preocupação de manter e de manifestar a autonomia absoluta das hierarquias escolares exprime-se por mil indícios, quer se trate da tendência para atribuir um valor absoluto às notas concedidas (com o uso, levado quase ao absurdo, dos decimais) quer pela tendência constante para comparar as notas, as médias, os melhores pontos e os piores, de um ano para o outro. Seja, para exemplo, este comentário que se faz a seguir, no *Rapport de l'Agrégation de Grammaire Féminine* de 1959 (p. 3) a um quadro do número de lugares oferecidos, das candidatas e das admitidas de 1955 a 1959 (onde se vê que o número de admitidas é quase sempre inferior em metade ao número de lugares postos a concurso) e das médias calculadas até às centésimas, da primeira candidata, da última candidata, da primeira agregada e da última agregada: «Não saberíamos dizer se as provas deste concurso deixam uma impressão exaltante (...). O concurso de 1959 não deixou de nos oferecer textos saborosos de sabedoria ou de cultura; os próprios números desenham, no entanto, uma queda que não deixa de nos perturbar (...). As médias da última candidata e da última admitida não conheceram, desde 1955, ponto tão baixo (...). Imposto pela infelicidade dos tempos, o alongamento das listas (das admitidas) não nos pareceu legítimo a não ser em razão de uma crise de recrutamento que não afecta somente a França metropolitana (...). É de recar que, no seu jogo cruel, a lei da oferta e da procura ocasione uma certa degradação do nível, susceptível de alterar o próprio espírito do segundo grau.» Seria fácil multiplicar as citações de textos análogos a este, do qual cada palavra é carregada com toda a ideologia universitária.

ção de autopetuação, o grau por excelência corresponde ao exame que dá acesso, na qualidade de mestre, à ordem do ensino mais representativo da profissão, isto é, o ensino secundário, segue-se que, em cada conjuntura histórica, é no exame que ocupa a posição mais apropriada para simbolizar essa função que tem cabimento, nos factos como na ideologia, o valor posicional do exame por excelência, seja sucessivamente na história da Universidade, o doutoramento, a licenciatura e, por fim, a agregação que, apesar da preeminência aparente do doutoramento, deve às suas relações com o ensino secundário e ao seu carácter de concurso de recrutamento não só a sua carga ideológica mas também o seu peso na organização das carreiras e, generalizando, o funcionamento da Universidade<sup>20</sup>. Tudo se passa como se o sistema escolar tivesse utilizado as novas possibilidades que lhe oferece cada novo estado do sistema de exames, nascido da duplicação de um exame existente, para nele exprimir a mesma significação objectiva.

Ter o estado actual da Universidade como resultado contingente duma sucessão de acontecimentos discordantes e descontínuos em que somente a ilusão retrospectiva faria ver o efeito de uma harmonia preestabelecida entre o sistema e o legado da História, seria ignorar o que implica a autonomia relativa do sistema de ensino: a evolução da Escola depende não somente da força dos constrangimentos externos mas também da coerência das suas estruturas, isto é, tanto da força de resistência que ela pode opor ao acontecimento como do seu poder conforme uma lógica cujos princípios gerais são dados desde o momento em que a função de inculcação duma cultura herdada do passado é tomada a cargo por uma instituição especializada servida por um corpo de especialistas. Assim, a história de um sistema relativamente autónomo, apresenta-se como a história das sistematizações que o sistema faz suportar às obrigações e às inovações de encontro conforme as normas que o definem enquanto sistema<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Durkheim chamava já a atenção sobre «esta singularidade do nosso país»: tanto pelas formas de organização que impunha como pelo espírito que difundia, o ensino secundário tem desde a origem «mais ou menos absorvido nele os outros graus de ensino e tem conservado quase todo o lugar». (E. Durkheim, *L'Évolution Pédagogique en France*, I, op. cit., pp. 23-24, 137 *passim*.)

<sup>21</sup> Esta análise do sistema francês não pretende outra coisa que pôr à luz uma estrutura particular dos factores internos e externos que permite dar razão, no caso particular, ao peso e às modalidades do exame. Seria preciso estudar como, noutras histórias nacionais do sistema universitário, configurações diferentes de factores definem tendências ou equilíbrios diferentes.



**«A Escola produz ilusões cujos efeitos estão longe de ser ilusórios: assim, a ilusão da independência e da neutralidade escolares está no princípio da contribuição mais específica que a Escola proporciona à reprodução da ordem estabelecida.»**



Rua Jorge Ferreira de Vasconcelos, 8  
Telef. 73 00 75 - Lisboa